

Estudo indica que ruídos não audíveis de turbinas eólicas têm riscos para a saúde

29 de Novembro, 2019

A exposição aos ruídos não audíveis pode causar patologias graves à população residente nas imediações de parques eólicos, concluiu um investigador em questões ambientais. Em declarações à agência Lusa, o diretor do Departamento de Saúde Ambiental da Escola Superior de Tecnologias da Saúde de Coimbra (ESTeSC), João Almeida, defendeu que estes ruídos devem ser incluídos em estudos de impacto ambiental, o que atualmente não sucede.

O especialista, autor de um estudo no âmbito de uma tese de doutoramento intitulado “Risco de exposição a infrassons e ruído de baixa frequência originados por turbinas eólicas”, explicou que, embora parte do ruído de baixa frequência seja audível pelas pessoas, os chamados infrassons não o são, nem são exclusivos das turbinas eólicas alvo da investigação, encontrando-se disseminados em atividades industriais ou de transportes, como a ferrovia e aeroportos, entre outras.

No caso das turbinas eólicas – existem cerca de 2.800 espalhadas pelo país, em 205 parques eólicos, a maioria na região interior norte e centro – há “uma preocupação bastante premente”, que decorre da localização “muitas vezes em cima de casas e da inexistência de legislação destinada a minorar os riscos para a saúde pública aquando da sua instalação”, pode ler-se no site da Lusa.

Do mal-estar geral e prolongado à tosse e dificuldade em respirar

Na sua investigação, o também professor da escola do Instituto Politécnico de Coimbra, identificou duas categorias de consequências fisiológicas adversas para as populações residentes na proximidade de parques eólicos, associados à exposição a infrassons e ruído de baixa frequência: “uma mais ligeira, que se caracteriza por mal-estar geral e prolongado, com dores de cabeça, dificuldade em dormir, falta de concentração ou irritabilidade, entre outros sintomas”; e outra “mais grave, com problemas pulmonares (muita tosse e dificuldade em respirar), apneias, arritmias cardíacas ou espessamento do pericárdio, a dupla membrana que envolve o coração”, explica o investigador.

Por outro lado, há populações que recebem o impacto dos infrassons “em alturas mais vulneráveis, que é quando estão a descansar. Passam a noite em casa a dormir e estão sempre expostas, o organismo está sempre a receber estímulos, impulsos de energia sonora e não conseguem descansar convenientemente”, acrescentou o especialista da ESTeSC.

João Almeida enfatizou, por outro lado, que os infrassons “têm uma característica que é um comprimento de onda muito grande e que mesmo que encontrem barreiras acústicas pelo caminho não são atenuados por essas barreiras”, fazendo com que a 10 quilómetros da fonte emissora “o nível de

pressão sonora apresente uma perda reduzida”, o que o torna “importante na ótica da saúde pública”.

Em Portugal, o especialista em saúde ambiental afirmou existir “um lapso na legislação” dos estudos de impacto ambiental necessários à instalação de parques eólicos, que não prevê a medição e análise de infrassons, mas apenas do ruído audível, situação análoga a alguns países europeus. Noutros, como por exemplo na Rússia, foram estabelecidas regras para a instalação de parques eólicos, com legislação “que retrata infrassons e a preocupação relativamente aos infrassons”, sustentou.

Acresce que os estudos de impacto ambiental elaborados de acordo com a legislação nacional e referentes aos parques eólicos instalados “retratam muito o ruído ambiental e o ruído ambiental é o ruído audível”.

João Almeida afirma-se consciente da importância económica e em termos ambientais para o país dos investimentos em energia eólica, mas advoga a definição “logo à partida” de distâncias de segurança na instalação das infraestruturas, com inclusão da medição de infrassons nos estudos de impacto ambiental como medida protetora da saúde pública. “É importante que a legislação contemple este tipo de ruídos, para que o recetor, seja humano seja animal, esteja contemplado e seja protegido”, reforçou.